
**ILUSTRÍSSIMO SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA DELEGACIA DE POLÍCIA
FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO
PARANÁ**

Pregão Eletrônico nº **004/2022**

Processo administrativo nº

08389.001400/2021-70

EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 09.039.434/0001-70; com sede na Rua Dias da Rocha Filho, 503, Alto da Rua XV, CEP 80045-275, Curitiba/PR, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 4º, XVIII, da Lei 10.520/02 e Decreto Federal nº. 10.024/2019, apresentar

CONTRARRAZÕES AOS RECURSO ADMINISTRATIVOS

interpostos por **JURISEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.** e **IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.**, relativo ao pregão eletrônico nº 004/2022, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

I. INTRODUÇÃO

Cuida-se de procedimento licitatório realizado na modalidade pregão presencial que tem por objeto a contratação de serviços de vigilância patrimonial: total de 17 (dezessete) postos de trabalho distribuídos na Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, incluindo suas unidades descentralizadas em Foz do Iguaçu, Guairá e Cascavel.

Em sessão de julgamento realizada no dia 02/08/2022, a licitante ora **RECORRIDA, EQUIP SEG**, sagrou-se vencedora da disputa para os 05 (cinco) itens licitados, apresentando a proposta menos custosa e cumprindo a integralidade dos requisitos de habilitação. A despeito do pleno cumprimento do Edital e da absoluta vantajosidade da proposta apresentada, as empresas **RECORRENTES, JURISEG e IGUASSEG**, alegam que a planilha de composição de custos unitários apresentada pela **EQUIP SEG** estaria em desconformidade com a legislação trabalhista de regência. Explica-se.

A Convenção Coletiva aplicável à categoria dos vigilantes dispõe em sua cláusula 35ª que o intervalo intrajornada de 1 (uma) hora previsto no art. 71, *caput*, da CLT pode ser reduzido pelo empregador para 30 (trinta) minutos diários, a seu critério, durante a jornada de 12 (doze) horas consecutivas:

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - INTERVALO INTRAJORNADA

À face do contido no art. 611-A da CLT, faculta-se a adoção do intervalo intrajornada de 30 minutos, mediante ajuste entre empregado e empregador.

Segundo as **RECORRENTES**, a proposta da **RECORRIDA** seria incongruente ao não cotar a indenização desses 30 (trinta) minutos remanescentes assistidos aos funcionários.

Partindo de um cenário meramente hipotético e conjectural, as empresas afirmam que será muito provável que os funcionários não

usufruam desse período, visto que a permanência no posto de trabalho, diante da natureza da função, deve ser ininterrupta. Na visão das **RECORRENTES**, isso provocaria um passivo trabalhista em desfavor da **EQUIP SEG** que, eventualmente, seria revertido à Administração. Acusam, em síntese, que a **EQUIP SEG**, apesar de autorizada a reduzir o intervalo, deveria indenizar o período remanescente a ser usufruído pelos vigilantes (30 minutos), ou fazer prova de que o intervalo será efetivamente respeitado.

Destaca-se, porém, que o raciocínio das **RECORRENTES** é construído com base em uma mera suposição. Uma longínqua elucubração. Sem mesmo ter havido o início do contrato licitado, as licitantes já pressupõem e acusam que a **RECORRIDA** não irá respeitar o descanso de seus funcionários; que estes irão acioná-la na esfera judicial; que nenhuma compensação será feita pela contratada; e que, eventualmente, a Administração é quem deverá arcar com essa dívida imaginária.

Chama-se atenção, ademais, para o fato de que a **RECORRIDA** tem a plena prerrogativa de modificar sua planilha de custos, para incluir a rubrica, sem que isso implique na majoração de preços, ou muito menos na sua desclassificação. Nesse cenário, mesmo que fosse dado provimento aos recursos, o resultado do julgamento das propostas seria mantido, pois a ausência de indenização dos intervalos intrajornada não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

Nitidamente, as razões são impróprias e insuficientes para motivar a desclassificação da **EQUIP SEG**. Sobretudo porque, como é de conhecimento notório, a Administração só é responsável por dívidas trabalhistas quando age com culpa na fiscalização do contrato. Fator este, evidentemente, que as **RECORRENTES** deixaram de analisar.

Noutro vértice, porque a empresa **RECORRIDA** já possui contrato vigente com este Órgão. O melhor critério para julgar a

idoneidade da proposta da empresa, portanto, é avaliar a regularidade do contrato que já está em execução.

Sem prejuízo disso, adiante será cabalmente exposto de que modo o intervalo será plenamente respeitado pela licitante vencedora. **As razões recursais, portanto, devem ser imediatamente desprovidas.**

II. TEMPESTIVIDADE

Registre-se, de início, que as contrarrazões são apresentadas tempestivamente. O prazo limiar para apresentação das razões recursais foi a data de 09/08/2022, a partir de quando se iniciou o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das contrarrazões. Nota-se, assim, que o prazo final para protocolo é a presente data (12/08/2022).

III. RAZÕES PARA O DESPROVIMENTO DO RECURSO

a. INEXISTÊNCIA DE MOTIVO PARA A INDENIZAÇÃO DOS INTERVALOS INTRAJORNADA DOS VIGILANTES

Como narrado, as empresas acusam a **RECORRIDA** de cotar “*apenas*” 30 (trinta) minutos de indenização pelos intervalos intrajornada, afirmando que os outros 30 (trinta) minutos que serão efetivamente usufruídos pelos empregados também deveriam compor o valor dos encargos trabalhistas da proposta, a título de indenização. O motivo alegado seria a impossibilidade de o posto de serviço permanecer vazio, o que importaria a circunstância de o empregado ter de almoçar no posto e, assim, ter seu intervalo suprimido.

É necessário pontuar, antes de mais nada, que as **RECORRENTES** não juntam absolutamente qualquer prova de que a **RECORRIDA** não conseguirá respeitar o intervalo. Trata-se de uma mera presunção. A **EQUIP SEG** sequer havia considerado esse cenário conjectural antes das elucubrações das empresas nos recursos.

As **RECORRENTES** não consideram, no entanto, que todos 05 (cinco) itens que foram objeto da disputa preveem 02 (dois) funcionários em serviço, ininterruptamente:

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância armada patrimonial, para a Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, incluindo suas unidades descentralizadas em Foz do Iguaçu, Guaíra e Cascavel - PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATSER	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANT. POSTOS	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO
1	1	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas diurnas de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 07h às 19h, inclusive feriados, para atender as necessidades do edifício sede da DPF/FIG/PR.	24015	Foz do Iguaçu/PR	3	R\$ 15.044,35	R\$ 45.133,05	R\$ 541.596,60
	2	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas noturnas de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 19h às 07h, inclusive feriados, para atender as necessidades do edifício sede da DPF/FIG/PR.	24015	Foz do Iguaçu/PR	3	R\$ 16.108,95	R\$ 48.326,85	R\$ 579.922,20
	3	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas diurnas de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 07h às 19h, inclusive feriados, para atender as necessidades da DPF/GRA/PR.	24015	Guaíra/PR	4	R\$ 14.975,13	R\$ 59.900,52	R\$ 718.806,24
	4	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas noturnas de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 19h às 07h, inclusive feriados, para atender as necessidades da DPF/GRA/PR.	24015	Guaíra/PR	4	R\$ 16.107,44	R\$ 64.429,76	R\$ 773.157,12
	5	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas noturnas de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 19h às 07h, inclusive feriados, para atender as necessidades da DPF/CAC/PR.	24015	Cascavel/PR	3	R\$ 16.236,38	R\$ 48.709,14	R\$ 584.509,68
TOTAL					17		R\$ 266.499,32	R\$ 3.197.991,84

Como se nota, ora os turnos serão das 07 às 19 horas, ora das 19 às 07 horas. Em todos os casos, porém, os funcionários não irão permanecer sozinhos nas instalações. Sempre haverá outro funcionário para permanecer na ativa enquanto o outro usufruiu do seu descanso de 30 (trinta) minutos. Assim, **basta a elaboração de uma escala simples de revezamento entre os vigilantes para que a indenização apontada pelas RECORRENTES seja indevida. A solução é muito simples.**

Caso a situação venha a se alterar no curso do contrato (o que não se espera), é evidente que a **RECORRIDA** articulará outra solução, e, se for o caso, providenciará o pagamento das indenizações. Tal valor, porém, de modo algum será repercutido à Administração, por expressa vedação no Edital. A **RECORRIDA** apresentou sua proposta, e se compromete a entrega-la tal qual foi apresentada, sem a necessidade de quaisquer correções.

Contudo, de modo algum os recursos apresentados apresentam razões suficientes à desclassificação da empresa. Afinal, o contrato nem sequer iniciou. Aliás, é necessário enfatizar que mesmo que o conteúdo das acusações dos recursos fosse verídico, isto é, se a

Recorrida não tivesse uma solução de pronto e imediato para a escala dos intervalos, não haveria qualquer motivo para a desclassificação da **EQUIP SEG.** Veja-se a seguir.

b. SÚMULA 331 DO TST. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO QUE SÓ SE CARACTERIZA COM A CULPA NA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Aspecto que aparenta ter sido ignorado pelas **RECORRENTES** é o de que uma eventual condenação da Administração Pública ao pagamento de encargos sociais ou trabalhistas inadimplidos pela contratada só seria possível nos estritos limites da Súmula 331 do TST, *in verbis*:

Súmula nº 331 do TST | CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).

II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).

III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da

prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI – A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

Ou seja, a responsabilidade do ente contratante jamais decorrerá do mero inadimplemento dos encargos pela empresa contratada. Faz-se necessário que o reclamante da ação trabalhista faça prova positiva de que a entidade da Administração Pública tomadora dos serviços se absteve de analisar a regularidade das obrigações da empresa. Eis o que reafirmou o Supremo Tribunal Federal quando do julgamento da ADC nº 16:

“RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. Subsidiária. Contrato com a administração pública. Inadimplência negocial do outro contraente. Transferência consequente e automática dos seus encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, à administração. Impossibilidade jurídica. Consequência proibida pelo art. 71, § 1º, da Lei federal nº 8.666/93. Constitucionalidade reconhecida dessa norma. Ação direta de constitucionalidade julgada, nesse sentido, procedente. Voto vencido. É constitucional a norma inscrita no art. 71, § 1º, da Lei federal nº 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995.”

No caso sob exame, como já foi adiantado, as **RECORRENTES** partem de uma vazia presunção de que os intervalos intrajornadas de 30 (trinta) minutos não seriam respeitados pela vencedora, e que, portanto, teria deixado ela de cotar um valor essencial a título de indenização pelos períodos suprimidos. Nada se pontuou, contudo, quanto à segunda condição, **imprescindível**, para que essa suposta irregularidade recaia

para o prejuízo da Administração: a omissão desta no seu dever fiscalizatório.

Ora, sem a existência desse segundo pressuposto, é juridicamente impossível que este Ilmo. Órgão seja responsabilizado por um débito trabalhista inadimplido pela contratada. Independentemente de o valor ter sido ou não cotado pela contratada.

Diante disso, é possível afirmar, inclusive, que não há interesse de agir das **RECORRENTES** com a apresentação dos recursos, pois ainda que fosse verídico o conteúdo das acusações, não seriam elas suficientes para motivar a desclassificação da **RECORRIDA**. Como já foi dito, obedecidas as cláusulas que estatuem os deveres de diligência do ente contratante, não há o que se falar em risco trabalhista.

C. INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS/PROVAS DE INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA DA REQUERIDA

Diante desse contexto, fica evidente que as **RECORRENTES** pretendem granjear alguma justificativa para seus argumentos tentando causar um temor ao ente contratante de que a licitante vencedora seria inidônea para celebrar o contrato, falseando uma situação completamente hipotética segundo a qual os intervalos dos funcionários não seriam respeitados.

A melhor prova da idoneidade da empresa, todavia, e de que não há fundamento para as suspeitas de que os intervalos não serão atendidos, é a regularidade do contrato que já está vigente entre a **RECORRIDA** e este órgão. Cabe salientar ainda que a responsabilidade pelos termos da proposta é inteiramente da licitante, ora **RECORRIDA**. **Não sendo o preço manifestamente inexequível, a Administração está plenamente autorizada a contratar com empresa que assume para si o risco de um passivo contingente.**

Isso porque a legislação fornece critérios objetivos para que a inexecuibilidade de uma proposta seja aferida:

Lei 14.133: Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

- I - contiverem vícios insanáveis;
- II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

Procedidas diligências pela Administração para investigar a higidez da proposta e não encontradas incongruências, a Administração está blindada de assumir passivos que não tenham sido previamente aclarados pela contratada.

Atente-se, este ilmo(a). Pregoeiro(a), que as **RECORRENTES** não colacionaram aos seus extensos arrazoados quaisquer elementos concretos que possam demonstrar a impossibilidade de execução do objeto pela **RECORRIDA**. Tampouco que a ausência de previsão da despesa (indenização) colocaria em risco o cumprimento das obrigações impostas no Contrato.

Ora, nessa lógica, caso o hipotético cenário idealizado pelas **RECORRENTES** viesse a se concretizar (o que definitivamente não se espera), seria a própria **RECORRIDA** quem teria de arcar com os custos. Ou seja, ainda que as despesas estivessem sendo ocultadas (e não estão), fato é que, no fim do dia, não haveria benefício algum à **RECORRIDA**. Note-se que a tese central dos recursos não tem razão de ser. Fica nítido que o motivo para a insurgência das **RECORRENTES** é o próprio inconformismo com a sua perda econômica, ao deixarem de auferir o lucro de um contrato mais oneroso que pretendem impor à Administração Pública.

Fica claro, portanto, que o argumento recursal é insubsistente para a desclassificação da **RECORRIDA**. Até porque, ainda que a indenização tivesse de ser contemplada pela licitante no curso do contrato, os valores poderiam ser perfeitamente arcados pela **RECORRIDA** sem prejuízo algum para a Administração. Isto é, sem que isso implicasse na alteração do preço da proposta. É o que será detalhado em seguida.

**d. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO PARA A ADMINISTRAÇÃO.
IMPOSSIBILIDADE DE MAJORAÇÃO DE PREÇOS. VINCULAÇÃO
AOS TERMOS DA PROPOSTA. RESPONSABILIDADE DA
LICITANTE. POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DA MARGEM DE
LUCRO**

O instrumento convocatório lançado por este Ente previu expressamente cláusulas que resguardam a Administração de uma elevação inesperada na proposta comercial pela empresa contratada. Veja-se:

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.2. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo

de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.3. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

Como destacado, o valor cotado na planilha de custos é de inteira responsabilidade da licitante e é terminantemente vedada a reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação na elaboração da proposta.

Nesse sentido, conforme já explorado, não há equívoco algum no dimensionamento dos quantitativos da proposta da **RECORRIDA**, mas ainda que houvesse, seria ela própria quem arcaria com o ônus proveniente de custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos. Evidentemente, a **EQUIP SEG** analisou o inteiro teor do Edital quando formulou sua proposta e, portanto, **responsabiliza-se pelo pagamento de qualquer encargo social ou trabalhista que seja necessário e que, eventualmente, não tenha sido incluído na proposta comercial.**

É necessário frisar que os valores correspondentes aos encargos são meras estimativas apresentadas pela licitante, de forma que eventuais divergências entre o apresentado e o efetivamente ocorrido

devem ser considerados como inerentes aos riscos do negócio. Trata-se de índices estatísticos peculiares da própria Empresa. **Como decorrência disso, eventuais variações devem impactar positivamente ou negativamente sobre o lucro da contratada.** Nesse sentido:

TCU, Plenário, Acórdão 1186/2017: “9.7.17. No que diz respeito ao argumento da Soservi de que ela estimou o custo com o aviso prévio trabalhado a menor e que teria direito, por corolário, a um crédito; vale destacar o excerto do voto condutor do Acórdão 963/2004-TCU-Plenário e que está transcrito no Manual de Orientação para Preenchimento da Planilha de Custo e Formação de Preços da SLTI/MPOG, p. 36:

‘Não é demais lembrar que a Administração não pagará diretamente pelos encargos trabalhistas indicados na planilha, pois são eles de responsabilidade da contratada.

Não interessa para a contratante, por exemplo, se em determinado mês a contratada está tendo gastos adicionais porque muitos empregados estão em gozo de férias ou não. À contratante interessa que haja a prestação de serviços de acordo com o pactuado. Ou seja, a planilha de formação de custos de mão de obra constitui um útil ferramental para a análise do preço global ofertado, mas não constitui em indicativos de serviços utilitários a serem pagos de acordo com a sua execução, como quando ocorre com os serviços indicados no projeto básico de uma obra pública, os quais são pagos de acordo com o fornecimento de cada item unitário.

Aliás, nem poderia ser diferente, pois a contratação prevê um pagamento mensal e os valores dos encargos trabalhistas indicados estão sujeitos a variações que escapam ao controle das partes contratantes (v.g., aviso prévio indenizado, auxílio doença, faltas legais, licença maternidade/paternidade, faltas legais, etc.). Desta forma, os valores correspondentes aos encargos são

meras estimativas apresentadas pela licitante, de forma que eventuais divergências entre o apresentado e o efetivamente ocorrido devem ser considerados como inerente aos riscos do negócio, impactando positivamente ou negativamente sobre o lucro da contratada.'

9.7.18. Dessa forma, à luz do entendimento deste TCU, conforme demonstrado nas citações e análises acima, não assiste razão à Soservi de que ela não deve devolver as parcelas pagas a título de aviso prévio trabalhado após o primeiro ano de contrato, uma vez que restou demonstrado que essa parcela não deve ser paga pela Administração e que, se ela planilhou esse custo a menor em planilha de preço (em sua proposta que foi declarada vencedora do certame), tal fato deve ser considerado como risco inerente ao negócio, impactando positivamente ou negativamente sobre o seu lucro."

Há de ser salientado ainda que a **IN SEGES/MP n. 5/2017**, que dispõe regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece que **erros de preenchimento na planilha de custos unitários não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado.** Mais uma vez, reforça-se, o dimensionamento dos custos do contrato é de responsabilidade da empresa contratada:

IN SEGES/MP n. 5/2017 7.9 Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

A própria Instrução Normativa dispõe, aliás, que **nem mesmo a inexecuibilidade de itens isolados da proposta comercial é fator suficiente para a desclassificação da proposta**, já que a empresa está vinculada a cumprir com os termos da proposta que apresenta:

IN SEGES/MP n. 5/2017 9.3 A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais;

Somente nos casos em que há um descompasso flagrante no **preço global** da proposta é que se autoriza a Administração a promover diligências a fim de cotejar a higidez da licitante e da proposta, para que somente após essas diligências seja possível uma eventual desclassificação. Veja-se:

IN SEGES/MP n. 5/2017 9.6 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos e formação de preços, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

Eis os entendimentos do Tribunal de Contas da União, *in verbis*:

TCU, Segunda Câmara, Acórdão 5151/2014: (...) 15. Reconheço a existência das falhas relativas ao número de vale transporte cotado e ao não cômputo, no valor total por empregado, da incidência de INSS, FGTS e Seguro de Acidente do Trabalho sobre o 13º salário e adicional de férias. Esses valores, no entanto, correspondem, em

média, a menos de 0,01% do custo por empregado, não justificando afastar a proposta mais vantajosa para a Administração. Pondero que um percentual tão pequeno não representaria risco à execução do contrato e à continuidade do serviço, como alegado pela representante, mas, ao contrário, e como já decidiu este Tribunal, infere-se que tais equívocos poderiam ser corrigidos sem alteração substancial da proposta ofertada. (...)

Como expressamente consignado no n. precedente, a zeragem de custos unitários de percentuais exíguos, ao não representar risco efetivo à execução do contrato, não justifica a desclassificação de proposta mais vantajosa para a Administração. **Evidentemente, diante da vantagem da empresa sobre suas concorrentes, não é a inclusão dos valores hipotéticos de indenização de descanso intrajornada que implicará na sua desclassificação.**

Em todo caso, deve sempre a Administração, antes de decidir peremptoriamente pela desclassificação da licitante, oportunizar a apresentação de justificativas ou elucidações dos valores cotados, priorizando o contraditório e o objetivo da maior vantajosidade para o erário:

TCU, Plenário, Acórdão 49/2018: 9.5. dar ciência ao Crea/DF acerca das disposições editalícias e atos de execução irregulares identificados nesta Representação, de modo a evitar novas ocorrências similares no procedimento referido no item precedente ou em outros futuros certames: (...) 9.5.3. não concessão de oportunidade, à empresa HPEX Apoio Administrativo Eireli - ME, para a correção de erros em planilha de custos, em desacordo com o § 2º do art. 29-A da IN

SLTI/MP 2/2008 e jurisprudência desta Casa (Acórdãos 1811/2014 e 2546/2015, ambos do Plenário), verificando-se, por exemplo, que, na análise desenvolvida a respeito da desclassificação por inobservância de índices previstos em CCT, divergências mínimas de percentuais (tal como a incidência sobre o aviso prévio de trabalho haver sido de 0,10%, em vez de 0,11%) foram utilizadas como justificativa da impossibilidade de reapreciação da planilha sem aumento de preços, sem indicativos de que se haja facultado que a licitante ajustasse a planilha de alguma outra forma, tal como reduzindo a margem de lucro, o que, em tese, lhe permitiria realizar ajustes sem modificar o preço proposto; (...)

Na situação vertente, não foram apresentados elementos capazes de alterar a decisão do Pregoeiro e Equipe de Apoio. O ato administrativo goza de presunção de legalidade, e, no ponto, não foram carreados elementos suficientes indicativos da inidoneidade da **RECORRIDA**, alegada pela **RECORRENTE**, ou da inexecutabilidade da proposta.

Como asseverado, não faria sentido algum a licitante ocultar determinados custos se teria de arcar com os mesmos custos no curso do contrato. Roga-se, portanto, pelo recebimento das presentes Contrarrazões, nos termos do Edital e da Lei 10.520/02, para o fim de manter o Julgamento feito por este(a) ilmo(a). Pregoeiro(a)

IV. CONCLUSÃO

Diante do exposto, a conduta deste(a) ilmo(a). Pregoeiro(a) em classificar a **EQUIP SEG** é lícita, idônea e deve ser mantida. A empresa cumpriu todas as exigências do Edital, da Lei de Licitações e demais legislações pertinentes, sendo que os recursos apresentados pelas **RECORRENTES** têm fins meramente protelatórios, devendo serem julgados **TOTALMENTE IMPROCEDENTES**.

Requer-se, assim, o recebimento das presentes Contrarrazões, nos termos do Edital e da Lei 10.520/02, para o fim de manter o Julgamento feito por este(a) ilmo(a). Pregoeiro(a).

Nestes termos,

Pede deferimento.

Curitiba, 11 de agosto de 2022.

LUCIANO VERNALHA GUIMARÃES

OAB/PR 40.919

